

OS EUROPEUS

Os banqueiros da Europa não pretendem negociar com o Brasil nada mais que o refinanciamento por dois a três anos

Ainda não será na reunião de depois de amanhã com o Brasil, em Nova York, que o sistema financeiro internacional modificará seu enfoque e atitude em relação ao endividamento internacional. Se a expectativa é de que a proposta brasileira insistirá em inovações, do seu lado os bancos credores entram na discussão dispostos a um projeto limitado, absolutamente convencional.

A perspectiva dos bancos, pelo menos para início de negociação, é acertar um refinanciamento da dívida externa brasileira abrangendo apenas dois a três anos, para evitar uma suposta defecção dos bancos pequenos, e mantendo as taxas de juros do mercado. "Não há condições de inovar na negociação com o Brasil, apesar do seu peso na questão do endividamento", sustenta o representante de um dos 16 bancos que compõem o Comitê de Credores do País.

Quanto a dinheiro novo, a interpretação do Comitê de Credores é de que o Brasil já o obteve, a partir de 24 de abril, quando suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa. O cálculo de um banco suíço é de que o Brasil deixou de honrar, até agora, o pagamento de cerca de US\$ 4 bilhões em juros. E, segundo uma versão corrente no mercado, o País não conseguirá mais do que isso sob a qualificação de "dinheiro novo".

Até onde se sabe, o plano esboçado pelos bancos prevê o refinanciamento da conta de juros do Brasil, até o final deste mês, do principal deste ano e de 1988 e, provavelmente, do ano seguinte. O prazo de refinan-

ciamento não deve alcançar os 20 anos desejados pelo Brasil, embora pelo menos um país já o tenha obtido. Provavelmente este país conseguirá acima de dez anos de refinanciamento, talvez 14 — essa a "flexibilidade" vazada pelos bancos.

Os bancos pequenos parece que continuarão a causar problemas, sobretudo porque argumentam não poder engajar-se em compromissos de financiamento superiores a sete ou dez anos, pois têm dinheiro de curto prazo. E essa categoria de bancos, afirma um representante do sistema bancário, é importante para o fechamento do projeto de refinanciamento, que deve ter pelo menos 95% de adesão.

Para facilitar a negociação, o Comitê de Credores aguarda a decisão do Brasil de retomar o pagamento dos juros da dívida, ainda que a título simbólico. A proposta japonesa é aceita de forma geral: não se fala dos juros não pagos entre abril e este mês, mas o País volta a pagar a partir de outubro. Essa decisão terá de ser adotada antes do fatal 26 de outubro para os japoneses, data do fechamento de seus balanços.

A rodada de negociações que se inicia entre o Brasil e os credores será facilitada em pelo menos um aspecto: os bancos consideram o ministro Bresser Pereira um "homem de negócios". As críticas ficam para alguns de seus assessores, identificados como os planejadores da proposta de repúdio de uma parte da dívida, apresentada por Bresser em Viena e retirada após um en-

contro dele com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker.

Parece não haver dúvida, portanto, que a negociação terá a mesma tintura convencional, com relativos ganhos nas taxas de risco, prazos etc. Mas até quando permanecerá esse enfoque, que mais e mais desgasta o devedor e o credor? Eis porque as inovações propostas por outros países e Brasil — embora temporariamente colocadas a escanteio e qualificadas de "irrealistas" — continuam a merecer a análise de largos setores do sistema financeiro internacional.

Como explicava recentemente um especialista francês, a propósito da vinculação entre endividamento externo e taxas de juros, as dívidas do Brasil e da Argentina, contratadas em dólares, pesam de uma forma ou de outra sobre o valor dos créditos liberados na moeda norte-americana.

Assim, chegará um momento em que proposições como a do Brasil, de repúdio parcial da dívida, serão levadas aos países credores, que hoje as ignoram, como uma porta de saída — detestável, mas talvez aceitável. Afinal, a anulação de uma parte das dívidas acumuladas restará como único meio de escapar da armadilha de elevadas taxas de juros internacionais, que coloca em perigo o esforço já insuficiente de investimentos nos principais países industrializados.

Assis Moreira, de Genebra.